

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL 1/2017

REMOÇÃO

CADERNO

4

AZUL

CADERNO
DE
PROVAS

Atenção!

Você está recebendo um caderno de provas do **tipo 4**. Portanto, **verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 4**. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de aplicação o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de **Tipo 4**;
 - b) Este caderno de prova **Tipo 4**, com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) Conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) Assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante o período de realização da Prova Objetiva:
 - a) será vedado o uso de líquido corretor de texto ou fita corretiva, caneta hidrográfica fluorescente (caneta marca-texto), lápis, lapiseira/grafite, borracha, lápis-borracha;
 - b) será proibido utilizar ou portar, mesmo que desligados, durante a realização da Prova Objetiva de Seleção, telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio, *tablet*, mp3, bem como a utilização ou porte de óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro, podendo a Coordenação deste Concurso Público vetar o ingresso de candidato com outros equipamentos e/ou objetos além dos anteriormente citados;
 - c) será proibido o empréstimo de material, a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, bem como qualquer espécie de comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas;
 - d) não será permitida a substituição da Folha de Respostas quando o erro for do candidato;
 - e) somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta;
 - f) será considerada nula a Folha de Respostas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que contiver qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade;
 - g) não é permitido fazer anotação de informação relativas às suas respostas no CDI ou em qualquer outro meio.

A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas e na lista de presença.

O tempo de duração da Prova Objetiva será de 5 (cinco) horas, abrangendo a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas, bem como o procedimento de identificação datiloscópica previsto.

O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2(duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o Caderno de Questões da Prova Objetiva.

Quanto terminar sua prova você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal de aplicação. Aquele que descumprir esta regra será **ELIMINADO**.

Será obrigatória a permanência dos três últimos candidatos de cada sala, até que o último deles entregue a sua prova. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos dois outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.

REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 1

Nos termos da Lei nº 4.591/1964, a iniciativa e a responsabilidade das incorporações imobiliárias caberão ao incorporador, que **NÃO** poderá ser:

- A) o proprietário do terreno, o promitente comprador, o cessionário deste ou promitente cessionário.
- B) o construtor.
- C) corretor de imóveis e o procurador com poderes especiais.
- D) o ente da Federação imitado na posse a partir de decisão proferida em processo judicial de desapropriação em curso ou o cessionário deste, conforme comprovado mediante registro no registro de imóveis competente.

Questão 2

Quanto a aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, todas as assertivas estão corretas, **EXCETO**:

- A) A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
- B) Quando se tratar de imóvel com área não superior a 3 (três) módulos, a aquisição será livre, independentemente de qualquer autorização ou licença, ressalvadas as exigências gerais determinadas em lei.
- C) O Poder Executivo baixará normas para a aquisição de área compreendida entre 3 (três) e 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida.
- D) Nos loteamentos rurais efetuados por empresas particulares de colonização, a aquisição e ocupação de, no mínimo, 40% (trinta por cento) da área total serão feitas obrigatoriamente por brasileiros.

Questão 3

Segundo a Lei de Registros Públicos, em cada cartório do Registro Civil de Pessoas Naturais, haverá os seguintes livros:

- A) “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de casamento; “B Auxiliar” – de registro de casamento religioso para efeitos civis; “C” – de registro de óbitos; “C Auxiliar” – de registro de natimortos; “D” – de registro de proclamas; “E” – de registro de atos relativos ao estado civil.
- B) “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de adoção; “C” – de registro de casamento religioso para efeitos civil; “D” – de averbação de separação e divórcio.
- C) “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de casamento; “B Auxiliar” – de registro de casamento religioso para efeitos civis; “C” – de registro de óbitos; “C Auxiliar” – de registro de natimortos; “D” – de registro de proclamas;
- D) “A” – de registro de nascimento; “B” – de registro de casamento; “B Auxiliar” – de registro de casamento religioso para efeitos civis; “C” – de registro de óbitos; “D” – de registro de proclama; “E” – de registro de atos relativos ao estado civil.

Questão 4

Quanto ao Registro de Nascimento, assinale a proposição correta:

- A) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de cinquenta quilômetros da sede do cartório.
- B) Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do Oficial, este submeterá por escrito o caso, mediante os emolumentos devidos, à decisão do Juiz competente.
- C) Quando o Oficial tiver motivo para duvidar da declaração, poderá ir à casa do recém-nascido verificar a sua existência, ou exigir a atestação do médico ou da parteira que tiver assistido o parto, ou o testemunho de três pessoas que tiverem visto o recém-nascido.
- D) Os índios, enquanto não integrados, não estão obrigados a inscrição do nascimento. Este poderá ser feito em livro próprio do órgão federal de assistência aos índios.

Questão 5

Caso seja efetuado um registro de pacto antenupcial no Registro Auxiliar – livro 3, em conformidade com a Lei nº 6.015/1973, antes do casamento e este não vir a se realizar, o ato é considerado nulo. Entretanto, a sua extinção se dará:

- A) A requerimento ao Oficial por um dos nubentes.
- B) A requerimento ao Oficial por ambos os nubentes e 2 testemunhas.
- C) Somente por via judicial.
- D) Ex-officio pelo Oficial, independente de requerimento.

Questão 6

Dentre os vários Livros que o Serviço de Registro de Títulos e Documentos possui, há o Livro “B”, onde são feitas as transcrições integrais dos documentos. Nesse livro, conforme orientação do Provimento 260/2013, a escrituração será feita

- A) exclusivamente por meio de digitalização.
- B) somente pelo sistema de microfilmagem.
- C) pelo sistema de digitalização, microfilmagem, cópia reprográfica ou datilografado, dando-se preferência ao sistema informatizado.
- D) em folhas soltas, mediante processo reprográfico ou digitalizado que lhe assegurem legibilidade permanente, mantendo-se coluna destinada às anotações e averbações.

Questão 7

Todas as assertivas estão certas, **EXCETO**. Devem ser realizados independentemente do recolhimento de emolumentos ou com emolumentos reduzidos,

- A) o primeiro registro de direito real constituído em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas e em áreas rurais de agricultura familiar.
- B) a primeira averbação de construção residencial de até 70 m² (setenta metros quadrados) de edificação em áreas urbanas objeto de regularização fundiária de interesse social.
- C) o registro de título de usucapião, concedido pelo poder público.
- D) a redução de 75% (setenta e cinco por cento) para os imóveis residenciais adquiridos do FAR e do FDS e redução de 50% (cinquenta por cento) para os imóveis residenciais dos empreendimentos do PMCMV.

Questão 8

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida PMCMV (Lei nº 11.977/2009), todas as assertivas são verdadeiras, **EXCETO**:

- A) As condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum.
- B) Na ausência de legislação que estabeleça regra específica, será assegurado que do total de unidades habitacionais construídas no âmbito do PMCMV, em cada município, no mínimo 10% sejam adaptadas ao uso com pessoas com deficiência.
- C) As condições de sustentabilidade das construções.
- D) O uso de novas tecnologias construtivas.

Questão 9

Todas as assertivas estão certas, **EXCETO**. São admitidos no registro de imóveis,

- A) escrituras públicas, inclusive as lavradas em consulados brasileiros.
- B) escritos particulares autorizados em lei, assinados pelas partes e testemunhas, dispensado o reconhecimento de firma.
- C) atos autênticos de países estrangeiros, com força de instrumento público, legalizados e traduzidos na forma da lei, e registrados no cartório do Registro de Títulos e Documentos, assim como sentenças proferidas por tribunais estrangeiros após homologação pelo Supremo Tribunal Federal; cartas de sentença, formais de partilha, certidões e mandados extraídos de autos de processo.
- D) contratos ou termos administrativos, assinados com a União, Estados, Municípios ou o Distrito Federal, no âmbito de programas de regularização fundiária e de programas habitacionais de interesse social, dispensado o reconhecimento de firma.

Questão 10

Quanto ao pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião, todas as assertivas estão corretas, **EXCETO**:

- A) Será processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado.
- B) O pedido deve estar instruído com ata notarial lavrada pelo tabelião, atestando o tempo de posse do requerente e de seus antecessores, conforme o caso e suas circunstâncias.
- C) O oficial de registro de imóveis promoverá a publicação de edital em jornal de grande circulação, onde houver, para a ciência de terceiros eventualmente interessados, que poderão se manifestar em 30 (trinta) dias.
- D) Deve-se instruir o pedido com o justo título ou quaisquer outros documentos que demonstrem a origem, a continuidade, a natureza e o tempo da posse, tais como o pagamento dos impostos e das taxas que incidirem sobre o imóvel.

Questão 11

Sobre o casamento nuncupativo, todas as assertivas estão erradas, **EXCETO**:

- A) Na união entre duas pessoas, na hipótese de iminente risco de vida de algum dos contraentes, perante 6 (seis) testemunhas, não sendo possível a presença de autoridade competente para presidir o ato, sendo certo que, após a realização do ato matrimonial, deverão as testemunhas comparecer, no lapso temporal de 05 (cinco) dias, perante autoridade judicial mais próxima, a fim de reduzir a termo as suas declarações.
- B) Na união entre duas pessoas, na hipótese de iminente risco de vida de algum dos contraentes, perante 4 (quatro) testemunhas, não sendo possível a presença de autoridade competente para presidir o ato, sendo certo que, após a realização do ato matrimonial, deverão as testemunhas comparecer, no lapso temporal de 5 (dias) dias, perante autoridade judicial mais próxima, a fim de reduzir a termo as suas declarações.
- C) Na união entre duas pessoas, na hipótese de iminente risco de vida de algum dos contraentes, perante 6 (seis) testemunhas, não sendo possível a presença de autoridade competente para presidir o ato, sendo certo que, após a realização do ato matrimonial, deverão as testemunhas comparecer, no lapso temporal de 15(quinze) dias, perante autoridade judicial mais próxima, a fim de reduzir a termo as suas declarações.
- D) Na união entre duas pessoas, na hipótese de iminente risco de vida de algum dos contraentes, perante 4 (quatro) testemunhas, não sendo possível a presença de autoridade competente para presidir o ato, sendo certo que, após a realização do ato matrimonial, deverão as testemunhas comparecer, no lapso temporal de 15(quinze) dias, perante autoridade judicial mais próxima, a fim de reduzir a termo as suas declarações.

Questão 12

Consoante disposição da Lei nº 8935/1994, quanto aos delegatários dos serviços extrajudiciais todas as assertivas estão corretas, **EXCETO**:

- A) Estão impedidos de praticar pessoalmente atos de seu interesse, ou de interesse de seu cônjuge ou seus parentes, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.
- B) O gerenciamento administrativo e financeiros dos serviços notariais e de registro é de responsabilidade exclusiva do respectivo titular, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.
- C) Os substitutos indicados poderão, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todo e qualquer ato que lhes sejam próprios, exceto no tabelionato de notas lavrar testamento.
- D) Não podem assumir cargo público, salvo se em comissão.

Questão 13

São atos de averbação no registro de imóveis, **EXCETO**:

- A) Os contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada.
- B) O Termo de Securitização de créditos imobiliários, quando submetidos a regime fiduciário.
- C) A notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel urbano.
- D) Das cédulas hipotecárias.

Questão 14

A respeito da Lei nº 6.766/1979, que trata do Parcelamento do Solo Urbano, todas as assertivas estão corretas, **EXCETO**:

- A) Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças constantes do projeto e do memorial descritivo.
- B) Quando a área loteada estiver situada em mais de uma circunscrição imobiliária, o registro deverá ser requerido primeiramente, indistintamente, em qualquer delas.
- C) É possível o cancelamento do registro do loteamento a pedido do loteador, para o que será necessário que os adquirentes de lotes subscrevam também tal requerimento e que exista anuência do Poder Público afetado.
- D) Determina a lei em questão quanto aos contratos nela previstos, que são irrevocáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.

Questão 15

Acerca das infrações disciplinares e das penalidades a que estão sujeitos notários e registradores, assinale a opção correta.

- A) Quando for necessário, para a apuração de faltas imputadas a notário ou registrador, o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente; caso o juízo competente designe interventor para responder pela serventia durante o período de afastamento do titular, este perceberá dez por cento da renda líquida da serventia, devendo o restante ser depositado em conta bancária especial, com correção monetária. Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; se condenado, caberá esse montante ao interventor.
- B) As penas relativas a infração disciplinar cometida na titularidade da serventia serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de gradação, conforme a gravidade do fato e o tempo de serviço do notário ou do registrador.
- C) A pena de multa será aplicada em caso de reincidência ou de infração que configure falta grave.
- D) Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, assegurado o amplo direito de defesa, às seguintes penas pelas infrações que praticarem: repreensão, multa, suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta, e perda da delegação.

Questão 16

São documentos necessários para a lavratura de escritura pública declaratória de união estável, **EXCETO**:

- A) Documento de identidade oficial dos declarantes.
- B) Certidão de nascimento, quando se tratar de pessoa solteira, ou certidão de casamento, com averbação da separação ou do divórcio se for o caso, expedida há no máximo 90 (noventa) dias, de ambos os conviventes.
- C) Declaração assinada por 02 (duas) testemunhas, com firma reconhecida em cartório, onde afirmem conhecer os conviventes e saber da existência da união pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses.
- D) Número do CPF dos declarantes.

Questão 17

São requisitos formais essenciais do instrumento público notarial, **EXCETO**:

- A) Conter menção da localidade e data em que foi lavrado.
- B) Ser redigido na língua nacional ou, a requerimento das partes, em língua estrangeira da qual o tabelião tenha domínio.
- C) Conter a qualificação dos participantes, se for o caso.
- D) Ser encerrado com a assinatura do tabelião de notas, do substituto ou do escrevente a quem o tabelião tenha atribuído poderes para tanto.

Questão 18

Conforme dispõe a Lei Federal nº 9.492/1997, compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, na tutela dos interesses públicos e privados, **EXCETO**:

- A) A protocolização de títulos e de outros documentos de dívida.
- B) A intimação dos devedores.
- C) Lavrar e registrar o protesto.
- D) A manutenção dos registros de protestos lavrados e cancelamentos averbados junto aos bancos de dados das entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito.

Questão 19

Segundo o Provimento nº 260/CGJ/2013, o título ou documento de dívida será apresentado, em regra geral, no lugar do pagamento ou aceite nele declarado ou, na sua falta, no domicílio do devedor, conforme indicado no título ou documento. A respeito do tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na falta de indicação do lugar do pagamento, a nota promissória será apresentada no lugar em que foi emitida ou, faltando ainda tal indicação, no domicílio do emitente.
- B) Os contratos serão apresentados no local indicado como foro judicial neles eleito.
- C) A duplicata será apresentada na praça de pagamento indicada no título ou, na falta de indicação, no domicílio do sacado.
- D) O cheque deverá ser apresentado no lugar de pagamento ou no domicílio do emitente.

Questão 20

São condutas vedadas ao Tabelião de Protesto, **EXCETO**:

- A) Reter o título ou documento de dívida ou dilatar o prazo para protesto a pedido das partes.
- B) A recepção e protocolização de cheques quando estes tiverem sido devolvidos pelo estabelecimento bancário sacado por motivo de furto, roubo ou extravio das folhas ou dos talonários, nos casos dos motivos nº 20, nº 25, nº 28, nº 30 e nº 35 das normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.
- C) Protocolizar título pagável ou indicado para aceite em praça não compreendida na circunscrição geográfica da respectiva serventia.
- D) Receber e protocolizar título ou documento de dívida, encaminhados pelo apresentante por via postal.

Questão 21

Dentro das hipóteses legais, é permitido que a intimação de protesto seja feita por edital. São requisitos do edital, conforme prevê o Provimento nº 260/CGJ/2013, **EXCETO**:

- A) Nome, endereço e documento do devedor.
- B) Número do protocolo e data de apresentação.
- C) Endereço e horário de funcionamento do Tabelionato de Protesto.
- D) Informação sobre o prazo para o pagamento.

Questão 22

A Central Eletrônica de Protestos do Estado de Minas Gerais - CENPROT-MG, foi instituída para o armazenamento, a concentração e a disponibilização de informações sobre os atos lavrados nos Tabelionatos de Protesto de títulos e outros documentos de dívida e nos Ofícios de Registro de Distribuição, bem como para a prestação dos respectivos serviços por meio eletrônico e de forma integrada. Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito dos módulos que compõem a CENPROT-MG:

- A) Central de Remessa de Arquivos Eletrônicos - CRA.
- B) Central de Certidões de Protesto - CERTPROT.
- C) Central de Instrumentos de Protestos – CIP.
- D) Central de Cancelamento Eletrônico - CECANE

Questão 23

O cancelamento do protesto será solicitado ao tabelião por qualquer interessado. Assinale a alternativa correta, em relação aos documentos que, quando apresentados, permitem a efetivação do cancelamento:

- A) Cópia autenticada por tabelião de notas, do título de crédito ou documento de dívida protestado.
- B) Declaração de anuência firmada pelo credor, originário ou por endosso mandato.
- C) Declaração de anuência firmada pelo apresentante.
- D) Ordem judicial de cancelamento.

Questão 24

Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos fatos ensejadores da extinção da delegação ao tabelião de protesto de títulos e documentos de dívida:

- A) Invalidez.
- B) Descumprimento, comprovado, da gratuidade estabelecida na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.
- C) Renúncia.
- D) Morte.

Questão 25

Assinale a alternativa **INCORRETA**, acerca das penas que os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, pelas infrações que praticarem

- A) perda da delegação.
- B) aposentadoria compulsória.
- C) repreensão.
- D) suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta.

Questão 26

Assinale a alternativa **INCORRETA**, acerca dos livros que deverão ser mantidos nos Tabelionatos de Notas:

- A) Livro de Notas, para escrituras públicas em geral.
- B) Livro de Testamentos, para lavratura de testamentos públicos e anotação da aprovação de testamentos cerrados.
- C) Livro de Procuраções, para lavratura de procuраções e substabelecimentos.
- D) Indicador Real, para repositório de todos os imóveis que figurarem nas escrituras públicas, em que foram objeto de alienação ou oneração.

Questão 27

Sobre a autenticação de cópias, assinale a alternativa correta:

- A) Para fins de autenticação, o título de eleitor deverá estar sempre acompanhado dos comprovantes de votação.
- B) É vedada a autenticação de documento que esteja danificado ou que possua rasura que comprometa sua integridade.
- C) Poderá ser autenticada cópia de outra cópia reprográfica, desde que esta esteja autenticada por Tabelião de Notas.
- D) É vedada a autenticação de apenas uma ou algumas folhas da carteira de trabalho ou do passaporte.

Questão 28

Segundo o Provimento nº 260/CGJ/2013, as procuраções públicas são espécies do gênero escritura pública. Assinale a alternativa **INCORRETA**, a respeito da classificação das procuраções públicas, de acordo com o Provimento nº 260/CGJ/2013:

- A) Procuраção para venda de bens imóveis.
- B) Procuраção em causa própria.
- C) Procuраção para fins de previdência e assistência social.
- D) Procuраção genérica.

Questão 29

A denominada “Operação Lava Jato” trata, segundo o Ministério Público Federal, do maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro já apurado no Brasil, envolvendo um grande número de políticos, empreiteiros e empresas, como a Petrobras, a Odebrecht, entre outras. O nome do magistrado encarregado do julgamento em primeira instância, dos crimes apurados na mencionada operação é

- A) Sérgio Moro.
- B) Rodrigo Janot.
- C) Odilon de Oliveira.
- D) Gilmar Mendes.

Questão 30

Zivaldo Alves Pinto, conhecido simplesmente por Zivaldo, é cartunista, jornalista, escritor e humorista. Dentre suas várias obras, ganhou fama nacional o seguinte livro:

- A) Macunaíma.
- B) O Coronel e o Lobisomem.
- C) O Menino Maluquinho.
- D) O Ateneu.

DIREITO CIVIL**Questão 31**

Nos termos do Código de Proteção do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em

- A) quarenta e cinco dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- B) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.
- C) cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
- D) cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

Questão 32

No contrato de locação, pode o locador exigir do locatário, num mesmo contrato, as seguintes modalidades de garantia, **EXCETO**:

- A) fiança.
- B) cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
- C) caução.
- D) seguro de fiança locatícia e caução.

Questão 33

Joana é casada com Paulo sob o regime de separação obrigatória de bens e está grávida de 08 (oito) meses do primeiro filho do casal, que se chamará Francisco. Joana não tem pais vivos e Roberto e Carla são os pais do Paulo. Poucos dias antes do nascimento da criança, o Paulo falece. A criança nasceu morta. Em relação ao patrimônio do Paulo, assinale a alternativa correta:

- A) Joana herdará sozinha.
- B) Apenas Roberto e Carla herdarão.
- C) Os pais de Paulo herdarão 2/3 (dois terços) e Joana herdará 1/3 (um terço).
- D) Os pais de Paulo herdarão 1/3 (um terço) e Joana herdará 2/3 (dois terços).

Questão 34

Prescreve em 03(três) anos, **EXCETO**:

- A) a pretensão de haver prestações alimentares, a partir da data em que vencer cada uma delas.
- B) a pretensão de reparação civil.
- C) a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- D) a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos e rústicos.

Questão 35

As obrigações solidárias, **NÃO** podem

- A) ser solidárias ativas.
- B) ser solidárias passivas.
- C) ser presumidas.
- D) ser renunciadas.

Questão 36

As doações podem ser revogadas por ingratidão, **EXCETO**:

- A) As feitas para determinado casamento.
- B) Se cometeu contra o doador ofensa física.
- C) Se injuriou ou caluniou gravemente o doador.
- D) Se, podendo ministrá-los, recusou ao doador os alimentos de que este necessitava.

Questão 37

Francisco é filho do irmão do pai de Manoel e o Alair é irmão do avô de Manoel, logo, o Francisco e o Alair são parentes de Manoel, respectivamente, de

- A) terceiro e quarto grau.
- B) terceiro e terceiro grau.
- C) quarto e terceiro grau.
- D) quarto e quarto grau.

Questão 38

São requisitos essenciais de testamento cerrado, **EXCETO**:

- A) O testador deve saber ler e escrever.
- B) O testador deve entregar o testamento (a cédula) pessoalmente ao tabelião ou ao substituto legal deste.
- C) O testamento deve ser escrito exclusivamente em língua nacional.
- D) O testador pode ser surdo-mudo.

Questão 39

São relativamente incapazes, **EXCETO**:

- A) Os ébrios habituais.
- B) Os maiores de 16(dezesseis) anos e menores de 18(dezoito) anos estabelecidos comercialmente com economia própria.
- C) Os pródigos.
- D) Os viciados em tóxicos.

Questão 40

A criança ou o adolescente podem ser retirados da convivência familiar e colocados em família substituta. A família substituta é aquela que advém por meio da

- A) curatela e guarda.
- B) guarda e adoção, exclusivamente.
- C) guarda, adoção, tutela e, excepcionalmente, curatela.
- D) guarda, tutela e adoção.

Questão 41

A Constituição Federal do Brasil veda o trabalho do menor de 16 anos; porém, permite que o maior de 14 anos exerça o trabalho na condição de aprendiz. Assim, o aprendiz

- A) não pode trabalhar em horário e locais que não permitem sua frequência na escola.
- B) pode realizar qualquer tipo de trabalho, desde que seja até às 23 horas.
- C) pode realizar trabalho em local insalubre, desde que devidamente autorizado pelos pais ou responsável.
- D) pode realizar excepcionalmente e desde que autorizado pelos pais ou responsável, trabalho após às 23 horas.

Questão 42

Analise as afirmativas e marque a alternativa correta:

- A) O restabelecimento da sociedade conjugal poderá ser restabelecida com modificações.
- B) São requisitos para a lavratura da escritura pública de separação. consensual: dois anos de casamento, ausência de filhos menores não emancipados ou incapazes do casal.
- C) A averbação do restabelecimento da sociedade conjugal somente poderá ser efetivada depois da averbação da separação no registro civil, podendo ambas ser simultâneas.
- D) A declaração dos cônjuges basta para a comprovação do implemento do lapso temporal da separação no divórcio direto.

Questão 43

Em relação ao Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), é correto afirmar:

- A) Nos programas habitacionais, públicos ou privados subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para residência própria, observada a reserva de pelo menos 2% (dois por cento) das unidades habitacionais residenciais para o atendimento aos idosos.
- B) Ao idoso, com idade superior a 60(sessenta) anos, fica assegurada a gratuidade do transporte coletivo público urbanos e semiurbanos.
- C) O atendimento preferencial imediato e individualizado ao idoso será realizado junto aos órgãos públicos, sendo facultativo nos órgãos privados.
- D) Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concurso, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir.

Questão 44

É obrigação assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação de direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Assim, tais obrigações são

- A) da família e poder público.
- B) da comunidade e poder público.
- C) da família, sociedade e comunidade.
- D) da sociedade, da família, do poder público e da comunidade.

Questão 45

São direitos do credor pignoratício, **EXCETO**:

- A) Reter a coisa empenhada, até que o indenizem das despesas devidamente justificadas.
- B) Ser ressarcido do prejuízo que houver sofrido por vício da coisa empenhada.
- C) Vender a coisa empenhada, independentemente de autorização judicial.
- D) Apropriar-se dos frutos da coisa empenhada que se encontra em seu poder.

Questão 46

É anulável o casamento, **EXCETO**:

- A) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento.
- B) por infringência de impedimento.
- C) por incompetência da autoridade celebrante.
- D) de quem não completou a idade mínima para casar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 47**

Acerca dos parâmetros de hipossuficiência econômica, marque a alternativa correta:

- A) O CPC/15 prevê de maneira expressa o cabimento tanto de caução real quanto de caução fidejussória, o que se torna uma novidade já que não era aceito na vigência do CPC/15/1973.
- B) A hipossuficiência não precisa ser demonstrada nas ações possessórias, uma vez que a simples declaração de hipossuficiência já é suficiente.
- C) O CPC/15 inova ao dispensar a parte economicamente hipossuficiente de prestar caução.
- D) O CPC/15 também inova ao estabelecer um procedimento diferenciado e adaptado para litígios decorrentes de movimentos sociais, evidenciando a preocupação do legislador quanto às peculiaridades sociais, econômicas e políticas do país. Nesses litígios, dispensa-se a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Questão 48

O procedimento especial de dissolução parcial de sociedade representa uma inovação trazida pelo CPC/15. Mesmo na contramão do ideal da Comissão de Juristas que elaborou o anteprojeto, que objetivava privilegiar o procedimento comum e reduzir os procedimentos especiais, a inclusão foi muito bem-vinda, já que supre lacuna legislativa existente até então. Assim, a única opção correta é:

- A) A primeira etapa do procedimento destina-se à apuração e satisfação dos créditos relativos aos haveres do sócio; já a segunda destina-se à desconstituição do vínculo societário.
- B) A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto a resolução de qualquer sociedade empresária em relação ao sócio falecido, excluído ou que exerceu o direito de retirada ou recesso.
- C) A petição inicial dispensa a instrução do contrato social consolidado.
- D) A ação de dissolução parcial de sociedade pode ter por objeto somente a resolução ou a apuração de haveres.

Questão 49

Todos os requisitos abaixo se referem ao julgamento conforme o estado do processo, **EXCETO**, quando

- A) o processo tenha constituído e desenvolvido regularmente.
- B) as questões de fato não reclamem produção de mais provas.
- C) a questão de mérito ainda estiver controvertida.
- D) a questão de direito e de fato não dependem de provas em audiência.

Questão 50

Analise as afirmações abaixo:

- I. O termo tutela provisória não é o mais adequado. Pelas diferenças entre a tutela cautelar e a tutela antecipatória, na esteira da doutrina de Ovídio Baptista da Silva, observa-se, por exemplo, que a tutela cautelar é medida temporária e não provisória, haja vista que tem eficácia enquanto perdurar a situação cautelanda.
- II. Já a medida antecipatória tem natureza provisória, tendo em vista que antecipa o provimento final de mérito (o qual poderá confirmar e tornar definitiva a tutela provisoriamente antecipada; modificá-la; ou, até, revogá-la).
- III. O caráter de temporariedade da tutela cautelar demonstra que sua eficácia fática está desvinculada ao tempo da necessidade da função acautelatória, enquanto a tutela antecipada (seja ela de urgência ou da evidência – ambas satisfativas) satisfaz definitivamente o direito do autor.
- IV. A tutela antecipada tem o objetivo de se manter eficaz no tempo, mesmo após a decisão final de mérito (caso, evidentemente, a decisão proferida após a cognição exauriente confirme os juízos de verossimilhança e de urgência – sumários ao final). Não tem, pois, um caráter temporário.

São verdadeiras as afirmações:

- A) I, II e a III apenas;
- B) I, II e a IV apenas;
- C) IV apenas;
- D) I,II,III e IV.

Questão 51

O art. 220 do CPC/15 estabelece no seu *caput* as chamadas férias forenses ,que não se confundem com as férias individuais de cada juiz, e os §§ 1º e 2º do dispositivo citado estabelecem que, durante o período entre 20 de dezembro e 20 de janeiro não haja audiências ou sessões, sem prejuízo das demais atividades a serem exercidas pelos juízes, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública. Destinatários, portanto, da regra os advogados privados. Desta forma, todas as afirmações sobre prazos processuais estão corretas, **EXCETO**:

- A) O prazo processual em particular pode também restar suspenso ou por obstáculo criado em detrimento da parte ou nos casos de suspensão do processo, quando então o prazo será restituído pelo tempo remanescente, pois não se trata de interrupção, mas, sim, suspensão do prazo, caso em que o tempo já decorrido computa.
- B) A dilação do prazo peremptório, em havendo consenso, poderá ser deferida pelo juiz, tudo em favor de um novo modelo de processo que estimula a autocomposição, o negócio jurídico processual, a intervenção mais ativa dos interessados na composição do conflito. Um processo mais participativo e colaborativo em substituição ao processo adversarial.
- C) A regra geral para o início e o término da contagem dos prazos foi modificada incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o dia do vencimento, desde que dias úteis ou quando o expediente forense for reduzido, hipóteses que autorizam a sua protração para o primeiro dia útil subsequente.
- D) Mantém-se, também, a regra de que a parte pode renunciar ao prazo que lhe for exclusivo, mas o deverá fazê-lo expressamente.

Questão 52

O enunciado nº 50 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis é taxativo: “os destinatários da prova são aqueles que dela poderão fazer uso, sejam juízes, partes ou demais interessados, não sendo a única função influir eficazmente na convicção do juiz”. Acerca das provas, é correto afirmar:

- A) A extensão dos poderes do juiz e a disponibilidade da prova independem da matéria discutida no processo, sendo dever do órgão judicial, em face da natureza pública do processo.
- B) Exclui-se no CPC/15 o princípio da liberdade na apresentação das provas.
- C) O CPC/15 reproduziu a regra de que são meios de provas somente os dispostos em lei.
- D) A obtenção e produção das provas não deve encontrar limite no direito, onde há a permissão da prova obtida por meio ilícito, desde que respeitem os princípios da legalidade e devido processo legal.

Questão 53

A respeito das provas de ofício e completude do material probatório, assinale a alternativa correta:

- A) O CPC/15 não deixa dúvidas sobre a manutenção da desejável ideia de que o juiz, de ofício, deve determinar a produção de provas necessárias ao julgamento da causa.
- B) O juiz não pode determinar a produção de provas de ofício, pelo princípio da inércia da jurisdição.
- C) É defeso ao juiz a iniciativa probatória pela imparcialidade a que o magistrado está submetido.
- D) A iniciativa probatória do magistrado em busca da veracidade dos fatos alegados, com realização de provas de ofício, se sujeita a preclusão temporal.

Questão 54

Quando forem opostos embargos de declaração em relação à sentença, é correto afirmar que

- A) permanece suspenso o prazo de interposição de outros recursos.
- B) só há suspensão do prazo supra referido se o outro recurso for o agravo.
- C) fica interrompido o prazo para interposição de outros recursos.
- D) nunca fica interrompido o prazo para interposição de outros recursos.

Questão 55

Qual recurso cabível contra sentença proferida por Juiz Federal nas ações em que figurem como parte Estado Estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e do outro, pessoa domiciliada no País?

- A) Recurso de apelação para o Tribunal Regional Federal.
- B) Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal.
- C) Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.
- D) Mandado de segurança para o Tribunal Regional Federal.

Questão 56

Sobre cumprimento de sentença, **NÃO** é correto afirmar:

- A) A impugnação ao requerimento de cumprimento de sentença, como regra geral, é atribuída de efeito suspensivo, de forma impedindo a continuação do procedimento.
- B) Poderá o julgador atribuir efeito suspensivo que atingirá total ou parcialmente o objeto da execução, mediante pedido do devedor, cabendo a este demonstrar que o prosseguimento dos atos executivos é capaz de lhe causar grave dano e de difícil reparação.
- C) Para a obtenção do efeito suspensivo é indispensável que ocorra a devida garantia do juízo (com penhora, caução ou depósito suficientes).
- D) A remição da dívida por iniciativa do devedor ocorre quando este comparece ao juízo para o cumprimento da sentença e reconhece a exigibilidade de obrigação de Apagar quantia certa, (oferecendo) o pagamento antes de vir a ser provado para este ato, mediante intimação.

Questão 57

O CPC/15 prevê procedimento específico para as ações possessórias coletivas que envolvam propriedade imóvel. Seguirão esse procedimento as ações de força velha ou aquelas nas quais, concedida a liminar, não seja ela executada no prazo de um ano, a contar da data de distribuição. Esse procedimento prevê a possibilidade de solução consensual de conflitos complexos, pois estabelece a necessidade de designação de audiência de mediação, à qual poderão ser intimados para comparecer, também, os representantes dos órgãos responsáveis pelas políticas agrária e urbana dos entes federados quanto à área objeto de litígio. Assim, é correto afirmar:

- A) A participação do Ministério Público se torna facultativo em detrimento da participação dos órgãos auxiliares.
- B) O Ministério Público se afigura como fiscalizador do ordenamento jurídico e não mais como fiscal da lei.
- C) Por se tratar de força velha a liminar só poderá ser concedida com audiência de justificação prévia.
- D) Só irá haver no caso de esbulho possessório a concessão liminar de natureza cautelar, mediante caução real ou fidejussória.

Questão 58

Sobre ação possessória, **NÃO** é correto afirmar:

- A) Existe possibilidade de cumulação de pretensões de direito material, sem prejuízo do procedimento especial possessório.
- B) O CPC/15 possibilita expressamente, também, o ajuizamento de ação de reconhecimento de domínio, na pendência de ação possessória, desde que em face de terceiro.
- C) Novidade não antes admitida nas ações possessórias, o CPC/15 prevê expressamente a possibilidade de requerimento de medidas necessárias e adequadas para a inibição de nova turbação ou esbulho e para que seja cumprida a tutela provisória ou final.
- D) A vedação de exceção de domínio na pendência de ação possessória e a irrelevância da alegação de propriedade foram mantidas, uma vez que as ações possessórias se caracterizam pela cognição sumária, de modo que o juiz está restrito ao exame do fato da posse.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Questão 59

A respeito dos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro – Lei nº 9.503/1997, assinale a alternativa correta:

- A) Nos crimes previstos o Código de Trânsito Brasileiro, a suspensão ou a proibição para se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor deve ser imposta cumulativamente com outras penalidades, não como pena autônoma.
- B) Nos termos da Lei nº. 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro – a pena de suspensão da habilitação para dirigir veículo automotor deve durar duas vezes o período da pena privativa de liberdade aplicada, e não é iniciada enquanto o sentenciado, por efeito de condenação penal, estiver recolhido a estabelecimento prisional.
- C) No caso de réu reincidente em crime de trânsito - Lei nº 9.503/1997, é obrigatório que o magistrado, ao julgar a nova infração, fixe a pena prevista no tipo, associada à suspensão da permissão ou habilitação de dirigir veículo automotor.
- D) São circunstâncias que sempre agravam as penas no crime de trânsito praticá-lo perto de faixa de trânsito temporário destinada a pedestre e com a carteira de habilitação vencida.

Questão 60

Segundo o que preconiza a Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984), o condenado poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Nesse sentido, é correto afirmar que:

- A) Segundo entendimento do STJ, o período de atividade laboral do apenado que exceder o limite máximo da jornada de trabalho (8 horas) deve ser computado para fins de remição, de forma que a cada 6 (seis) horas extras realizadas equivalha a 1 (um) dia remido.
- B) O condenado que cumpre a pena em regime fechado poderá remir, por estudo a distância, parte do tempo de execução da pena, fazendo-se a contagem à razão de 1 (um) dia de pena a cada 24 (vinte e quatro) horas de frequência escolar, vedada essa possibilidade apenas ao sentenciado em regime aberto.
- C) O preso que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a trabalho, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, à razão de 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.
- D) O STJ entende que o preso que se acidenta quando está se deslocando para o trabalho, ficando, assim, impossibilitado de prosseguir na atividade, continuará a beneficiar-se com a remição durante todo o período em que estiver afastado do serviço em razão do acidente.

Questão 61

Assinale a alternativa correta:

- A) O STJ entende que, para caracterizar o crime previsto no art. 7º, IX, da Lei nº 8.137/1990, delitos contra as relações de consumo, é prescindível a realização de perícia a fim de atestar se as mercadorias apreendidas estavam em condições impróprias para o consumo.
- B) É atípica a conduta do agente que desvia e faz circular moeda cuja circulação ainda não estava autorizada, pois constitui elemento do crime de moeda falsa a colocação em circulação de moeda com curso legal no país ou no exterior.
- C) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- D) A proibição de exercício de cargo, função ou atividade pública pode ter caráter temporário, com natureza de pena de interdição temporária de direitos, mas pode também ter caráter permanente, se for efeito da condenação.

Questão 62

A respeito das nulidades e da competência nos julgamentos pelo Tribunal do Júri, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.
- B) É absoluta a nulidade do julgamento pelo júri, quando os quesitos da defesa não precedem aos das circunstâncias agravantes.
- C) A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do júri.
- D) A competência constitucional do Tribunal do júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição Estadual.

Questão 63

Determinado indivíduo, sabendo que Dorotéia estava grávida, e assumindo conscientemente qualquer consequência que disso pudesse advir, desferiu nela golpes de faca na nuca, matando-a, e provocando também a morte do feto em face do aborto. Nesse caso, conforme jurisprudência consolidada no STJ, é correto afirmar que a hipótese é de

- A) homicídio e aborto provocado por terceiro, sendo que as penas devem ser aplicadas cumulativamente, em decorrência do concurso formal próprio.
- B) duplo homicídio, caracterizando-se o concurso material, sendo que as penas devem ser somadas.
- C) homicídio e aborto provocado por terceiro, devendo ser aplicada a pena mais grave, aumentada de 1/6 a 2/3, pela regra da continuidade delitiva.
- D) homicídio e aborto provocado por terceiro, aplicando-se a pena nos moldes preconizados para o concurso formal imperfeito.

Questão 64

Com a enorme divulgação dos crimes consistentes na explosão de caixas eletrônicos para a subtração de dinheiro, quatro indivíduos, sem se conhecerem uns aos outros, coincidentemente, às 14 horas, invadiram a mesma agência bancária de uma cidadezinha do interior e praticaram o referido delito. Na hipótese, trata-se de

- A) continência de ações, em razão do concurso de pessoas.
- B) conexão intersubjetiva por reciprocidade.
- C) conexão intersubjetiva por simultaneidade.
- D) conexão objetiva.

Questão 65

Acerca dos crimes em espécie previstos no CP e na legislação especial, assinale a opção correta:

- A) Segundo entendimento do STJ em relação ao crime de peculato, configura *bis in idem* a aplicação da circunstância agravante de ter o crime sido praticado com violação inerente a cargo.
- B) A lei estabelece, com relação ao sistema de vendas ao consumidor em que o preço do produto seja sugerido pelo fabricante, que, se este praticar crime contra as relações de consumo, responderá por esse ato também o distribuidor ou o revendedor.
- C) O agente que falsificar e, em seguida, usar o documento falsificado, responderá pelos crimes de falsificação e uso de documento falso, por se tratar este último de um *post factum* punível.
- D) No âmbito da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/06, a expressão “violência” designa a violência física ou corporal (*vis corporalis*), ou seja, o emprego de força física sobre o corpo da mulher de modo a facilitar a execução de determinado crime, mas não abrange a chamada violência imprópria (*vis compulsiva*), como a grave ameaça.

Questão 66

A respeito da detração penal, analise as seguintes assertivas:

- I. O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade.
- II. Admite-se atualmente, tanto na jurisprudência quanto na doutrina, a detração por prisão ocorrida em outro processo, desde que o crime pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido praticado anteriormente a seu encarceramento, numa espécie de fungibilidade da prisão.
- III. À luz do disposto no artigo 42 do CP e artigo 111 da Lei de Execução Penal, somente se admite a detração de prisão processual ordenada em outro processo em que absolvido o sentenciado ou declarada tenha sido a extinção da sua punibilidade, quando a data do cometimento do crime de que trata a execução seja posterior ao período pleiteado.
- IV. Computa-se, igualmente, o tempo indevidamente cumprido, relativo à condenação por crime posterior, invalidado em decisão judicial recorrível, em favor do réu, como meio de compensar o período de encarceramento decorrente de delito pelo qual restou absolvido.

Está correto somente o que se afirma em:

- A) III e IV.
- B) I e II.
- C) I, III e IV.
- D) II e III.

Questão 67

Analise as assertivas abaixo, sobre crimes hediondos, e assinale a alternativa correta:

- I. A progressão de regime, no caso dos condenados por crimes hediondos, atualmente, dar-se-á após o cumprimento de $\frac{2}{5}$ (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, ou $\frac{3}{5}$ (três quintos), se reincidente em crime da mesma espécie.
- II. A liberdade provisória não é permitida nos processos por crimes hediondos, mas o excesso de prazo autoriza o relaxamento da prisão processual.
- III. A pena para os crimes hediondos, ou equiparados, será cumprida inicialmente em regime fechado, na hipótese de não cabimento de regimes menos gravosos.
- IV. Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, não é obrigatório o exame criminológico na avaliação do preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos pelo condenado, mas uma vez exigido, tal decisão deve ser fundamentada.

Está correto somente o que se afirma em:

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e III.

Questão 68

Analise as seguintes assertivas, sobre crimes contra a honra, e assinale a alternativa correta:

- I. Segundo o que preconiza o Código Penal, as penas cominadas aos crimes de calúnia, injúria e difamação aumentam-se em um terço, se qualquer deles é cometido mediante paga ou promessa de recompensa.
- II. Conforme prevê o Código Penal, responde pelo crime de difamação apenas a pessoa que dá publicidade à ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- III. O crime de injúria simples é de natureza privada, e se procede mediante queixa, exceto quando cometido no contexto da Lei Maria da Penha, em que a ação penal é pública condicionada.
- IV. No crime de calúnia, a exceção da verdade não é permitida se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível.

Está correto somente o que se afirma em:

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 69

Relativamente à imunidade tributária, isenção e não incidência, marque a alternativa correta:

- A) As imunidades tributárias estão previstas na Constituição Federal em prol da liberdade de expressão, da liberdade de crença religiosa, da liberdade de convicção ideológica e pluralismo político, entre outros valores, razão pela qual a doutrina adota somente o critério material para a identificação das imunidades tributárias.
- B) A Constituição Federal, ao tratar das imunidades tributárias, emprega linguagem precisa e técnica, para bem identificar todas as situações protegidas pelo texto constitucional.
- C) As situações que a legislação poderia atingir com a instituição de determinado tributo, na esteira da competência definida na Constituição Federal, mas que, por deliberação do próprio Legislador, ficam à margem do campo de incidência do tributo instituído, constituem hipóteses de não incidência.
- D) As imunidades tributárias estão previstas na Constituição Federal de modo exaustivo e tratam de todas as hipóteses de restrição da competência tributária, não sendo necessária qualquer complementação de seu alcance ou sentido, por meio da legislação infraconstitucional.

Questão 70

Relativamente à obrigação tributária, fato gerador e sujeito passivo, é correto afirmar:

- A) Na obrigação acessória, o termo “*acessória*” sugere uma impropriedade, pois a existência de tal obrigação não pressupõe a principal; por exemplo, há situações em que o cumprimento da obrigação acessória é pressuposto para a inexistência da obrigação principal; assim, a doutrina costuma denominá-la de dever instrumental ou formal, dada a autonomia dos respectivos fatos geradores.
- B) Fato gerador complexivo consiste num estado de direito ou situação de fato que tende a permanecer no tempo; esse tipo de fato gerador não se constitui por um evento instantâneo ou por um conjunto de eventos, mas por um estado de coisas com potencialidade de permanência; utilizado, em geral, nos impostos sobre a propriedade.
- C) Uma pessoa jurídica paga salário mensal a seu empregado; em relação ao imposto de renda, o empregado e sua empregadora são contribuintes; aquele porque auferiu renda e essa última porque, como fonte pagadora, está obrigada, por lei, a reter e a pagar o imposto, cujo fato gerador tem relação pessoal e direta com o empregado.
- D) O proprietário de imóvel, sujeito passivo do IPTU, na qualidade de contribuinte, ao celebrar contrato de locação desse bem e estipular cláusula contratual, segundo a qual ao locatário compete pagar aquele imposto, transforma esse último em responsável tributário e, portanto, em sujeito passivo perante o Fisco.

Questão 71

A partir da definição de tributo, é correto afirmar:

- A) O tributo é compulsório, mas essa característica não possui nenhuma relação com a garantia constitucional segundo a qual ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude da lei.
- B) A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido da possibilidade de medida provisória ser veículo idôneo para a instituição de tributo.
- C) Admite-se a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei complementar.
- D) Medida provisória não pode instituir imposto.

Questão 72

Sobre as espécies tributárias, é correto afirmar:

- A) O dever de pagar tributo decorre de um ajuste contratual entre o Estado e o contribuinte.
- B) Além do nome, as espécies tributárias são definidas pelas características do fato gerador da respectiva obrigação.
- C) As taxas e a contribuição de melhoria são tributos contraprestacionais, na medida em que o fato gerador da obrigação de pagar se relaciona com uma atividade estatal em direção ao contribuinte, sintetizando uma ideia de custo-benefício.
- D) O pagamento de imposto dá, em favor de quem os paga, direito a algum tipo de atividade estatal, cuja falha na prestação exige do dever de pagamento.

Questão 73

Em relação às taxas, assinale a alternativa correta:

- A) O exercício regular do poder de polícia pelas entidades tributantes, segundo as atribuições administrativas previstas na Constituição Federal, pode, excepcionalmente, acarretar a imposição de taxas, por parte de cada uma delas, considerando a fiscalização de determinada atividade, como é o caso da proteção ao meio ambiente.
- B) As taxas de polícia instituídas e cobradas pelas entidades tributantes, tendo como fato gerador a atividade fiscalizadora incidente sobre uma mesma matéria, regulando a prática de ato ou a abstenção de fato, configuram *bis in idem* e destoam das atribuições administrativas inseridas na Constituição Federal.
- C) Considera-se irregular o poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.
- D) Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse particular específico, no que concerne à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

Questão 74

À luz do princípio da não afetação, marque a alternativa correta:

- A) O regime constitucional atual adota o princípio da não afetação, proibindo a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas algumas situações.
- B) A Constituição Federal atual veda a afetação da receita, relativamente às taxas e contribuição de melhoria.
- C) O Supremo Tribunal Federal não reconhece a possibilidade de a lei estabelecer a afetação de receita de taxa a determinado órgão, fundo ou despesa públicos.
- D) O regime constitucional atual veda a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a determinado órgão, fundo ou despesa.

Questão 75

Relativamente aos empréstimos compulsórios, é certo afirmar:

- A) São provisórios, podendo a lei instituidora determinar, ou não, o prazo de duração.
- B) No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, o empréstimo compulsório submete-se ao princípio da anterioridade anual.
- C) São restituíveis, devendo a lei determinar a forma de devolução em títulos públicos.
- D) Podem ser instituídos em conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo.

Questão 76

Relativamente às contribuições para a seguridade social, é correto afirmar:

- A) Os Estados, Distrito Federal e Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para custeio, em benefício destes, do regime previdenciário, de assistência social e da saúde.
- B) As contribuições da seguridade, inclusive aquelas instituídas pelas demais entidades tributantes, submetem-se apenas ao princípio da anterioridade anual.
- C) A contribuição social sobre a folha de pagamentos é calculada com base nos valores pagos ou creditados pela empresa aos profissionais que lhe prestam serviços, sejam empregados ou trabalhadores sem vínculo empregatício.
- D) A contribuição corporativa, vulgarmente chamada de "imposto sindical", é fixada pela assembleia da entidade, cujos membros têm a faculdade de não pagá-la, desligando-se do sindicato.

Questão 77

Relativamente aos princípios constitucionais tributários, é correto afirmar:

- A) O princípio da legalidade tributária, segundo o qual a instituição e majoração de tributos só podem ser realizadas mediante lei, não admite exceções e guarda relação com o princípio constitucional geral de que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.
- B) São exceções ao princípio da legalidade tributária o II, IE, IOF, IPI e COFINS, na medida em que se faculta ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as respectivas alíquotas.
- C) O princípio da irretroatividade tributária consubstancia, de modo rígido, a regra de que o tempo rege o fato, estabelecendo a proibição de cobrança de tributo em relação a fato gerador ocorrido antes da vigência da lei que o instituiu ou majora.
- D) O princípio da irretroatividade da lei tributária impera de forma relativa, pois, mesmo não sendo o tributo sanção de ato ilícito, sofre influência da lei tributária posterior mais benéfica em relação ao contribuinte.

Questão 78

Acerca da competência tributária, capacidade tributária ativa e competência para legislar sobre Direito Tributário, indique a alternativa correta:

- A) A competência tributária é o poder delegável, atribuído pela Constituição e suas Emendas, sem possibilidade de alteração por meio de legislação infraconstitucional, em favor da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para instituir determinado tributo.
- B) A capacidade tributária ativa é o poder de cobrar, exigir e fiscalizar o tributo, de maneira que o sujeito ativo da obrigação tributária, credor do tributo, detém capacidade tributária ativa.
- C) A competência para legislar sobre Direito Tributário consiste no poder de estabelecer normas gerais em matéria tributária, estabelecendo conceitos básicos que norteiam o sistema tributário e complementam o texto constitucional, sendo, portanto, competência privativa da União.
- D) Dá-se a parafiscalidade quando houver delegação da capacidade tributária ativa, ressalvando-se que a entidade delegatária não disporá dos recursos arrecadados para a sustentação de suas finalidades institucionais.

DIREITO COMERCIAL

Questão 79

De acordo com a Lei nº 11.101/2005, são efeitos específicos da condenação por crime previsto nesta legislação, **EXCETO**:

- A) A inabilitação para o exercício de atividade empresarial.
- B) O impedimento para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das sociedades sujeitas à lei nº 11.101/2005.
- C) A impossibilidade de gerir empresa por mandato ou por gestão de negócio.
- D) O impedimento para o exercício da função de administrador judicial ou membro do Comitê de credores.

Questão 80

De acordo com a Lei Uniforme de Genebra (Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966), assinale a alternativa **INCORRETA**, no que se refere à letra de câmbio:

- A) A taxa de juros deve ser indicada na letra; na falta de indicação, a cláusula de juros é considerada como não escrita.
- B) Se na letra a indicação da quantia a satisfazer se achar feita por mais de uma vez, quer por extenso, quer em algarismos, e houver divergências entre as diversas indicações, prevalecerá a que se achar feita pela quantia superior.
- C) Se a letra contém assinaturas de pessoas incapazes de se obrigarem por elas, assinaturas falsas, assinaturas de pessoas fictícias, ou assinaturas que por qualquer outra razão não poderiam obrigar as pessoas que assinaram a letra, ou em nome das quais ela foi assinada, as obrigações dos outros signatários nem por isso deixam de ser válidas.
- D) Se uma letra incompleta no momento de ser passada tiver sido completada contrariamente aos acordos realizados, não pode a inobservância desses acordos ser motivo de oposição ao portador, salvo se este tiver adquirido a letra de má-fé ou, adquirindo-a, tenha cometido uma falta grave.

Questão 81

Nos termos do Código Civil marque a afirmativa **INCORRETA** acerca da definição de empresário:

- A) É aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- B) É aquele que exerce profissionalmente atividades em cooperativas sendo um dos cooperados.
- C) É aquele cuja atividade rural constitua sua principal profissão, desde que seja inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.
- D) É aquele que exerce atividade empresarial individual de responsabilidade limitada, por uma única pessoa titular da totalidade do capital social.

Questão 82

De acordo com o Provimento 260/CGJ/TJMG, o registro de atos constitutivos, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, deverá obedecer às seguintes normas, **EXCETO**:

- A) O registro de ato de sociedade simples que esteja sujeito a controle de órgão de fiscalização de exercício profissional depende de aprovação prévia desse órgão.
- B) Para registro dos atos constitutivos de fundações privadas e fundações públicas de natureza privada, toda a documentação deverá conter comprovação da anuência ou aprovação do Ministério Público.
- C) Os contratos e atos registrados no Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas são títulos hábeis para ingresso no registro de imóveis, com vistas a transferir bens e direitos sobre imóveis com que o sócio tenha contribuído para formação ou aumento do capital social.
- D) Para o registro de ato constitutivo de entidades com fins não econômicos serão apresentados, dentre outros documentos, o ato de convocação ou convite, a ata de fundação, a lista de presença, se houver.

Questão 83

Considerando a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A denominação da companhia, enquanto não concluído o seu processo de constituição, deverá ser aditada pela expressão “em organização”.
- B) Os fundadores e as instituições financeiras que participarem da constituição da companhia por subscrição pública, responderão no âmbito das respectivas atribuições, pelos prejuízos resultantes da inobservância de preceitos legais.
- C) Os fundadores entregarão aos primeiros administradores eleitos, os papéis, documentos e livros pertinentes à constituição da companhia ou de propriedade desta.
- D) Se a companhia tiver sido constituída por escritura pública, deverão ser arquivados no Registro do Comércio, além da certidão do instrumento; um exemplar do estatuto social assinado por todos os subscritores; a relação completa, autenticada pelos fundadores ou pelo presidente da assembleia, dos subscritores do capital social; duplicata das atas das assembleias realizadas para a avaliação de bens, quando for o caso e duplicata da ata da assembleia geral dos subscritores que houver deliberado a constituição da companhia.

Questão 84

Segundo a Lei nº 6.404/1976, os principais órgãos da companhia são a assembleia geral, o conselho de administração, a diretoria e o conselho fiscal. Assinale abaixo, a definição que **NÃO** condiz com a definição de cada órgão:

- A) Assembleia geral é o órgão máximo da sociedade anônima, de caráter deliberativo, que reúne todos os acionistas com ou sem direito a voto.
- B) O conselho de administração é órgão colegiado, de caráter deliberativo, ao qual a lei atribui parcela de competência da assembleia geral, com vistas a agilizar a tomada de decisões de interesse da companhia. Este órgão é obrigatório nas sociedades anônimas abertas, nas de capital autorizado e nas de economia mista.
- C) A diretoria é órgão de representação legal da companhia e de execução das deliberações da assembleia geral e do conselho de administração. O estatuto deverá prever, que o prazo de duração do mandato dos diretores será de quatro anos, não sendo permitida a reeleição.
- D) O conselho fiscal é órgão destinado à fiscalização dos órgãos de administração, atribuição que exerce para a proteção dos interesses da companhia e de todos os acionistas.

Questão 85

De acordo com o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, que dispõe sobre a alienação fiduciária, assinale a alternativa correta:

- A) A alienação fiduciária somente se prova por escrito e seu instrumento, público ou particular, qualquer que seja o seu valor, será obrigatoriamente arquivado, por cópia ou microfilme, no Tabelionato de Notas do domicílio do credor, sob pena de não valer contra terceiros.
- B) É nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.
- C) A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio do cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.
- D) É vedada a apreciação de pedido de busca e apreensão em plantão judiciário.

Questão 86

Acerca da recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa correta, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005:

- A) A lei nº 11.101/2005 não se aplica à cooperativa de crédito, consórcio e sociedade de capitalização.
- B) A decretação da falência interrompe o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.
- C) Os títulos e documentos que legitimam os créditos poderão ser exibidos em cópias simples, no procedimento de habilitação de créditos.
- D) Os credores terão o prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do edital de processamento da recuperação judicial, para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou suas divergências em relação aos créditos relacionados.

Questão 87

Em conformidade com a Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta, no que se refere à ordem de classificação dos créditos na falência:

- A) Extraconcursais; derivados da legislação trabalhista até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho; garantia real; tributários, excetuadas as multas; privilégio especial; privilégio geral; quirografários; multas contratuais; subordinados.
- B) Derivados da legislação trabalhista até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho; tributário, excetuadas as multas; garantia real; privilégio especial; privilégio geral; extraconcursais; quirografários; multas contratuais; subordinados.
- C) Extraconcursais; derivados da legislação trabalhista até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho; tributário, excetuadas as multas; garantia real; privilégio geral; privilégio especial; quirografários; subordinados; multas contratuais.
- D) Derivados da legislação trabalhista até 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor e os decorrentes de acidente de trabalho; extraconcursais; garantia real; tributários, excetuadas as multas; privilégio geral; privilégio especial; quirografários; multas contratuais; subordinados.

Questão 88

Segundo a Lei nº 11.101/2005, podem requerer a falência do devedor, **EXCETO**:

- A) o próprio devedor.
- B) terceiro interessado, mesmo não sendo credor do devedor.
- C) o cônjuge sobrevivente, qualquer herdeiro do devedor ou o inventariante.
- D) o cotista ou acionista do devedor.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL**Questão 89**

Quanto ao poder de polícia, é correto afirmar que

- A) seu exercício não pode configurar fato gerador para cobrança de tributo.
- B) seu exercício se dá a partir da ocorrência de um ilícito penal.
- C) a coercibilidade é considerada pela doutrina como sendo um de seus atributos.
- D) é caracterizado pela imprescritibilidade das sanções dele decorrentes.

Questão 90

Com relação à improbidade administrativa, com base no que estabelece a Lei nº 8.429, de 02/06/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), considere as seguintes assertivas:

- I. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- II. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo.
- III. Para ser considerado agente público, é necessário que suas atribuições no serviço público sejam exercidas de maneira não transitória, goze ou não de estabilidade o servidor, e que seja ele remunerado pelos cofres da administração direta, indireta ou fundacional.

Estão corretas as assertivas:

- A) I e II, apenas
- B) II e III, apenas
- C) I e III, apenas
- D) I, II e III

Questão 91

Assinale a opção **INCORRETA**:

- A) Cabe mandado de injunção quando a existência de norma regulamentadora preveja ou possibilite a restrição às liberdades fundamentais e às prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- B) São recorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral denegatórias de mandado de segurança.
- C) Compete ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais processar e julgar originariamente (ressalvada a competência das justiças especializadas) ato praticado por seu Corregedor Geral de Justiça.
- D) Não cabe mandado de injunção para discutir suposta lacuna normativa quanto a período anterior à edição de norma regulamentadora em vigor.

Questão 92

Assinale a alternativa correta:

- A) O Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça fica excluído da distribuição de processos no Superior Tribunal de Justiça, competindo-lhe, além de outras atribuições, requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- B) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira das instituições que exercem funções essenciais à Justiça, assim definidas na Constituição da República.
- C) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, conflito de competência instaurado entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- D) Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, as ações contra o Conselho Nacional de Justiça que tenham por fundamento o descumprimento de tratado ou lei federal.

Questão 93

A cerca das súmulas de efeito vinculante, analise as afirmações:

- I. O cancelamento de uma súmula vinculante pode se originar por proposição do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- II. A proposta de edição, revisão ou cancelamento de enunciado de súmula vinculante implica a suspensão dos processos em que se discuta a mesma questão.
- III. Podem ser editadas pelo Supremo Tribunal Federal, em relação a questões constitucionais, e pelo Superior Tribunal de Justiça, em relação a questões infraconstitucionais.
- IV. É possível a edição de sumula vinculante que tenha por objeto matéria de natureza penal

Está correto somente o que se afirma em:

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) I e IV.
- D) III e IV.

Questão 94

David nasceu em país estrangeiro, mas reside no Brasil há mais de 15 (quinze) anos ininterruptos e adquiriu a nacionalidade brasileira. Com base nesses dados, é correto dizer que, necessariamente:

- A) O país de origem de David é de língua portuguesa.
- B) Mesmo sabendo ler e escrever a língua portuguesa, David não poderá se eleger para a Câmara dos Deputados.
- C) David não poderá ocupar cargo de Ministro de Estado.
- D) David não poderá ocupar cargo de Ministro do STF.

Questão 95

Considere as assertivas a seguir:

- I. Quanto à forma de elaboração, a Constituição dita dogmática decorre de um longo processo de construção de ideias e de evolução de valores, tendo por fundamento as tradições de determinada sociedade.
- II. Pelo princípio da concordância prática (ou harmonização), que se contrapõe à ideia de unidade constitucional, tem-se que, em eventual conflito na proteção de bens jurídicos diversos tutelados pela Constituição, deve-se sempre optar por sacrificar, em sua dimensão prática, aquele com foco apenas na tutela individual em favor de outro com alcance e dimensão coletivos.
- III. O método hermenêutico-concretizador de interpretação constitucional caracteriza-se pela praticidade na busca da solução dos problemas, na medida em que considera a Constituição como uma lei comum, em que a solução exegética prioriza elementos objetivos de interpretação e se opera a partir do caso concreto em subsunção ao texto positivado.
- IV. No processo de controle de constitucionalidade, a legislação de regência assegura ao *amicus curiae* legitimidade para interpor recurso nas mesmas hipóteses facultadas ao proponente da ação.

Em relação às assertivas acima:

- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas uma delas está correta.
- D) Duas delas estão corretas.

Questão 96

À luz do que dispõem a Constituição da República e a Constituição do Estado de Minas Gerais, tanto o Presidente da República como o Governador do Estado, na qualidade de chefes do poder Executivo, são competentes para os seguintes atos, **EXCETO**:

- A) Enviar ao órgão legislativo competente o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento.
- B) Nomear os membros do tribunal de contas da respectiva esfera federativa.
- C) Editar medidas provisórias.
- D) Convocar extraordinariamente o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa Estadual, respectivamente, e conforme o caso.

Questão 97

Nos termos da Constituição do Estado de Minas Gerais, assinale a alternativa correta:

- A) O Juiz de Direito não tem competência para julgar mandado de injunção.
- B) Em cada comarca funcionará pelo menos um Tribunal do Júri, com a composição e o funcionamento previstos na Lei de Organização e Divisão Judiciárias, assegurada a publicidade das votações, a plenitude da defesa e a soberania dos veredictos.
- C) A eleição do Juiz de Paz deve observar o sistema majoritário e a coincidir com as eleições municipais.
- D) O Juiz Conciliador, com mandato de dois anos prorrogável por igual período, tem competência para celebrar casamento, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Questão 98

Conforme se extrai da Lei de organização e divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais (LCE 59/2001), assinale a alternativa correta:

- A) As correições ordinárias devem ocorrer mensalmente, mediante a remessa pelo Juiz de Direito à Corregedoria-Geral de Justiça, em impresso próprio, até o décimo dia útil do mês seguinte, de mapa do movimento forense respectivo a sua vara ou juízo.
- B) A fiscalização dos serviços da polícia judiciária e dos presídios está incluída no objeto da correição.
- C) A correição extraordinária é realizada pelo Juiz de Direito no limite de sua competência.
- D) Na atividade correicional serão fiscalizados os serviços do foro judicial e extrajudicial, exceto os afetos à Justiça de Paz.

Questão 99

A administração pública estatal foi condenada judicialmente por dano provocado a particular em razão de ato praticado por seu agente público (agindo nessa qualidade), ficando na hipótese evidenciado o seu direito de regresso. Quanto à ação regressiva, assinale a alternativa correta:

- A) Em caso de dolo do agente, a ação é imprescritível, podendo ser ajuizada a qualquer tempo.
- B) Em regra ela deve ser ajuizada, em atenção ao princípio da indisponibilidade.
- C) Deve ser ajuizada no prazo máximo de 2 anos a contar do trânsito em julgado da decisão condenatória;
- D) É facultativo seu ajuizamento, uma vez que o direito de regresso pode ser exercido administrativamente, mediante desconto em folha do montante equivalente ao da condenação, incluindo custas e despesas processuais, em parcelas não superiores a 30% (trinta por cento) da remuneração do agente.

Questão 100

Com relação ao tema Licitações, consoante a legislação de regência (Lei nº 8.666/1993), assinale a opção correta:

- A) A pessoa jurídica de direito público atingida pelo fato ilícito tem legitimidade para instaurar inquérito penal, assegurado o contraditório, e propor a respectiva ação penal pública em relação aos crimes definidos na lei de licitações.
- B) No caso da licitação do tipo "menor preço", entre os licitantes considerados qualificados a classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, sucessivamente, as de maior índice de nacionalização, as que mais empregam mão de obra nacional e, persistindo o empate, sorteio em ato público convocado por edital.
- C) Em caso de imposição de sanção por inexecução total ou parcial do contrato, o pedido de reconsideração tem prazo de quinze dias úteis, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, suspender a execução da sanção imposta pelo prazo de até dois anos. Findo os quais, não mais perdurando os motivos determinantes da punição, será declarada a reabilitação da empresa ou do profissional contratado.
- D) Em caso de contratação de serviço técnico especializado, a administração pública só poderá fazê-lo desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.

